



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 034 / 2021 . torres

DATA : 2021/07/15	
NIPG : 1942/21	DE : JOSE MANUEL TORRES TECNICO SUPERIOR
REGISTO (DOC.) : 5252	PARA : Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR : 003.003. - Captações de água	ASSUNTO : Adjudicação do procedimento realizado através de consulta prévia para - prestação de serviços para tratamento e manutenção das águas da piscina da ARA (Associação Recreativa Alfândeguença) em Alfândega da Fé, para a época balnear de 2021.
PROCESSO : -----	

DESPACHO :

Aprovo  
Eduardo Tavares em 20-07-2021

PARECER :

Pode o Srº Presidente proceder a aAdjudicação do procedimento realizado através de consulta prévia para -prestação de serviços para tratamento e manutenção das águas da piscina da ARA (Associação Recreativa Alfândeguença) em Alfândega da Fé, para a época balnear de 2021.

Carla Victor em 19-07-2021

@victor

SEGUIMENTO:

TEXTO :

### Início do procedimento e enquadramento legal

De acordo com o despacho datado do de 21 de abril de 2021 do Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal, exarado na informação nº004/2021, da Técnica Superior ai identificada, e de acordo com o despacho datado de 23 de abril de 2021 da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, e, em conformidade com os pareceres constantes no processo, o procedimento contratual enunciado em assunto, foi elaborado de no estrito cumprimento do CCP, através de uma Consulta Prévia.

### Da Fase procedimental

Por sua vez, o procedimento foi desencadeado observando todos os procedimentos que se exigiam, sendo elaborado um Relatório Preliminar e Final, para apurar a admissão e exclusão dos concorrentes e sua classificação.

Enviada a intenção da adjudicação ao concorrente posicionado em 1.º Lugar - AGR – Engenharia e Serviços, Lda., foi-lhe solicitado o envio dos documentos de habilitação conforme dispõe o artigo 81.º em conjugação com o artigo 55.º, ambos do CCP. Cabe referir que não apresentou os documentos de habilitação e demais documentação, exigida no procedimento, no prazo devido, nem foi apresentada qualquer justificação.

Seguindo a tramitação procedimental para estes casos, estabelece o n.º 4 do artigo 86 do CCP, que a adjudicação recai no concorrente subseqüente; assim foi posposto que a adjudicação recai-se no concorrente posicionado em 2.º Lugar - Carvatak – Serviços de Higiene e Limpeza Industrial, Lda., onde foi aceite pelo Sr.º Presidente da Câmara Municipal (despacho exarado em 03-07-2021).

Na sequência do proposto, procedeu-se à audiência prévia do concorrente posicionado em 1.º Lugar - AGR – Engenharia e Serviços, Lda., ao abrigo do n.º2 do art.º86 do CCP. Ao qual não respondeu, conforme email datado 07-07-2021, caducando assim a adjudicação ao concorrente mencionado no presente parágrafo.

### Do contrato da prestação dos serviços a celebrar

Dando consequência ao processo, e dada a necessidade de contratar o serviço objeto do contrato a celebrar, e atenta a já autorização do órgão competente para contratar, através do Sr.º Presidente da Câmara Municipal, propõe que a adjudicação recaia sobre o 2.º concorrente devidamente habilitado, e devidamente apurado no Relatório Preliminar e mantendo-se no Relatório Final (Carvatak – Serviços de Higiene e Limpeza Industrial, Lda.,).

Perante o relatado, anexa-se Minuta de Contrato, entre a Câmara Municipal de Alfândega da Fé e o agora adjudicatário (Carvatak – Serviços de Higiene e Limpeza Industrial, Lda.,), a fim de formalizar a redução do contrato a escrito.

Para concluir, deve assim o serviço municipal competente proceder em conformidade com o estabelecido no artigo 77.º nº 1, e 2 do CCP, a fim de ser notificada adjudicação, e serem apresentados os documentos de habilitação exigidos no artigo 81.º em conjugação com o artigo 55.º ambos do CCP, e no caso, pronunciando-se sobre a minuta de contrato.

Atento o estabelecido na alínea b) do artigo 456.º do CCP, e aplicável ao caso, a entidade adjudicante deve ponderar a eventual contraordenação ou comunicação ao IMPC.

Anexa:

Minuta de Contrato.

É o que lhe cumpre informar,

**CONCLUSÃO :**

— Propõe, que a presente proposta seja aceite depois de cumpridos e ponderados todos os requisitos, e demais procedimentos instituídos no CCP, para a contratação objecto do contrato.

Tecnico Superior:



Jose Torres em 15-07-2021  
JOSE MANUEL TORRES



# Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

## MINUTA DE CONTRATO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO E MANUTENÇÃO DAS ÁGUAS DA PISCINA DA ARA - ÉPOCA BALNEAR 2021

**Câmara Municipal de Alfândega da Fé**, contribuinte nº 506647498, com sede em Alfândega da Fé, aqui representado pelo Sr.º Presidente Eduardo Manuel Dobrões Tavares, com poderes bastantes para o efeito, e de ora em diante designada por **primeiro outorgante**;

E

**Carvatak – Serviços de Higiene e Limpeza Industrial, Lda.**, com o contribuinte N° 504 836 030, com sede com sede na Rua da Palma, n.º 25, 5360-349 Vila Flor, neste ato representada por Beatriz de Jesus Gonçalves, com poderes bastantes para o efeito, adiante designada por **segunda outorgante**

### CELEBRAM

Entre si o contrato para a “**prestação de serviços para tratamento e manutenção das águas da piscina da ARA (Associação Recreativa Alfândegence), em Alfândega da Fé, para a época balnear de 2021**”, ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada, com a justificação do art.º 20º/1 c), do Código dos Contratos Públicos, e precedido de procedimento por consulta prévia, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto

O presente contrato tem por objeto principal a “prestação de serviços para tratamento e manutenção das águas da piscina da ARA (Associação Recreativa Alfândegence), em Alfândega da Fé, para a época balnear de 2021”, com observância das especificações constantes do Caderno de Encargos e da proposta adjudicada.

#### Cláusula 2.ª

##### Preço contratual

1. Para a realização da prestação dos serviços objeto do presente contrato, o primeiro outorgante pagará à segunda outorgante a quantia de €17.450,00 (dezassete mil quatrocentos e cinquenta euros), a que acresce o IVA à taxa legal.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao primeiro outorgante.

#### Cláusula 3.ª

##### Prazo de vigência e execução do contrato

O presente contrato inicia-se a contar da data da sua assinatura e é válido pelo período de 12 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, tendo presente que não se encontraram reunidas todas as condicionantes administrativas e financeiras do mesmo, para se iniciar na data indicada no Caderno de Encargos.

## Secção II

### Obrigações contratuais

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### Obrigações da primeira outorgante

Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, o primeiro outorgante deve pagar à segunda outorgante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### Obrigações da segunda outorgante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a segunda outorgante as seguintes obrigações principais:

- a) A segunda outorgante obriga-se a executar o objeto do presente contrato em conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos e na sua Proposta adjudicada, desenvolvendo todos os procedimentos técnicos e ou materiais necessários à perfeita e completa execução do contrato.
- b) A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e equipamentos ou documentação, que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### Objeto do dever de sigilo

1. A segunda outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à primeira outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pela segunda outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### Condições de pagamento

- 1 As quantias devidas pelo primeiro outorgante, nos termos do presente contrato, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação das respetivas faturas.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação efetiva da execução do objeto do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do primeiro outorgante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à segunda outorgante, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº1, as faturas são pagas através de cheque/transferência bancária.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Cessão da posição contratual**

1. A segunda outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2. A segunda outorgante não pode ceder ou sub-rogar a terceiros os direitos e obrigações que para ela resultem deste contrato, salvo autorização expressa da entidade privada contratada.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Resolução por parte da primeira outorgante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o primeiro outorgante, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a segunda outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à segunda outorgante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao primeiro outorgante nos termos gerais de direito.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Documentos contratuais e prevalência**

1. Fazem parte integrante do presente contrato, os esclarecimentos e as rectificações relativas ao Caderno de Encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela segunda outorgante.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo primeiro outorgante e aceites pelo segundo outorgante.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Designação do gestor do contrato**

Constituindo uma das suas menções obrigatórias definidas (cf. artigo 96.º/1, alínea j), do Código dos Contratos Públicos designo nos termos do artigo 290-A do Código dos Contratos Públicos, como Gestor do Contrato, Daniela Filipa Monteiro Ferradosa, Técnica Superior, do Município de Alfândega da Fé, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, cabendo-lhe um conjunto de obrigações, e competências conforme inumeradas no próprio preceito aqui identificado, em conjugação com o definido no Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Confidencialidade e proteção de dados pessoais**

1. O primeiro outorgante obriga-se a respeitar a legislação relativa à proteção da privacidade dos dados pessoais da segunda outorgante, assumindo-se, perante este, como único responsável pelo seu tratamento e guarda.

2. Sempre que o processamento dos dados pessoais for efetuado por entidade terceira, o primeiro outorgante, assegura que esta entidade se compromete a respeitar o regime da Lei de Proteção de Dados Pessoais em vigor, nos exatos termos em que ele o faz, designadamente, inibindo-se de os tratar para fim diverso do contrato e de os transmitir a terceiros.
3. É garantido à segunda outorgante o direito de acesso aos dados pessoais que lhe digam diretamente respeito, podendo solicitar a sua correção ou aditamento.
4. Em caso algum o primeiro outorgante utilizará dados pessoais da segunda outorgante para outras finalidades que não as relativas unicamente ao objeto do contrato, salvo ocorrendo consentimento expresso, por escrito, deste ou mandato judicial.
5. Para efeito do número anterior, os dados pessoais da segunda outorgante destinam-se unicamente à prestação dos serviços objeto do contrato.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Direito e fiscalização**

O primeiro outorgante assegura, mediante poderes de direção e fiscalização, a funcionalidades da execução do contrato quanto à realização do interesse público visado pelo presente contrato.

#### **Clausula 15.<sup>a</sup>**

##### **Resolução de conflitos**

Os conflitos emergentes do presente contrato serão resolvidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Comunicação e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusulas 17.<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

#### **Cláusulas 18.<sup>a</sup>**

##### **Contagens dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Clausula 19.<sup>a</sup>**

##### **Disposições finais**

1. O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por despacho de 21-04-2021 do Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
2. A prestação de serviços objeto do presente contrato, foi adjudicado por despacho de ....., do Sr.º Presidente da Câmara Municipal.
3. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho .....

4. O encargo total, com exclusão do IVA, resultante do presente contrato é €17.450,00 (dezasete mil e quatrocentos e cinquenta euros).
  5. O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, sob a rubrica orçamental com a classificação económica 020220 e compromisso n.º 957/2021 do orçamento de 2021.
  6. Verifica-se o cumprimento dos requisitos legais impostos pela Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
  7. Os pagamentos a efetuar em resultado da execução do presente contrato, obedecerão as normas constantes do regime da administração financeira do Estado (DL 155/92, de 28 de Julho).
  8. Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.
- Depois de a segunda outorgante ter juntado os documentos de habilitação referidos no art.º 81.º, do Código dos Contratos Públicos, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas o outorgante.

Alfândega da Fé, 15 de julho de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

  
\_\_\_\_\_  
(Eduardo Manuel Dobrões Tavares)

Beatriz de Jesus Gonçalves

\_\_\_\_\_  
(Representante legal)